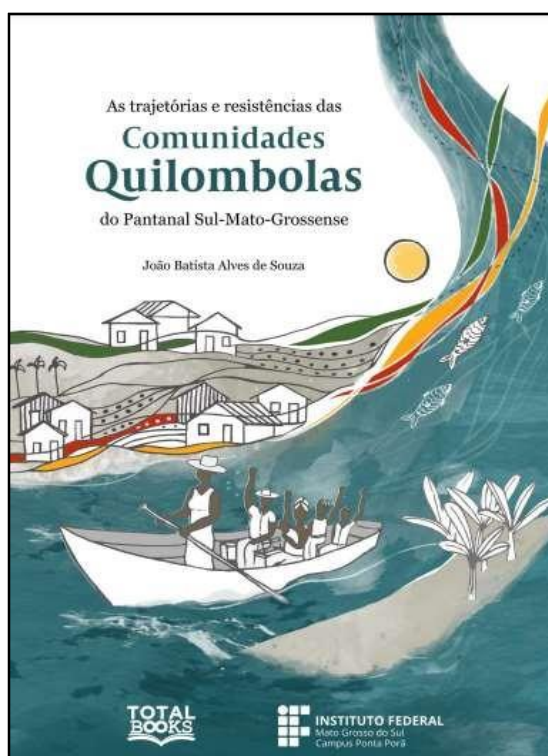


## RESENHA

### As Trajetórias e Resistências das Comunidades Quilombolas do Pantanal Sul-Mato-Grossense (2021)

Ana Paula Pereira Pinto<sup>1</sup> <https://orcid.org/0009-0003-7306-8997>



A obra intitulada: “As trajetórias e resistências das Comunidades Quilombolas do Pantanal Sul-Mato-Grossense” foi publicada em 2021 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Ponta Porã. A coletânea foi organizada pelo autor João Batista Alves de Souza, em parceria com diversos outros autores envolvidos no processo de construção da pesquisa e é resultado da tese de doutorado intitulada “Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá - MS”, pesquisa baseada na análise das trajetórias e formas de resistência que ocorrem nos diversos lugares dos existires das comunidades quilombolas no município supracitado.

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia – Unimontes. Bolsista IC - CNPq no NEPRA. E-mail: [anapaulapereirapinto8@gmail.com](mailto:anapaulapereirapinto8@gmail.com)

O livro apresenta três capítulos no total. O primeiro aborda pontos abrangentes sobre os quilombos, os territórios e as comunidades; o segundo especifica um pouco mais sobre as trajetórias das comunidades quilombolas no pantanal sul-mato-grossense e o terceiro abrange as resistências das comunidades quilombolas do Corumbá. Nesse capítulo, o objetivo central é a introdução do contexto histórico e geográfico, que permitiu o advento dos quilombos no Brasil, considerando como o mais representativo, Palmares, que foi um marco contra a opressão assídua dominante no período colonial. Outros países latino-americanos também foram alvo do fenômeno “quilombagem” - palavra descrita pelo autor - em países como: Colômbia, Peru, Guianas e ilhas caribenhas de Cuba e Haiti. Nesses países citados, os ex-escravos eram conhecidos como “marronagem”, tradução livre para “quilombagem”.

No livro, ao mencionar o termo “quilombo”, o autor não quis se restringir somente a morada atual dos quilombolas para não desconsiderar as comunidades quilombolas que produzem territórios multipolares, já que em algumas comunidades o território não está restrito à um espaço único, considerando-se o deslocamento social, ambiental ou econômico. Segundo o autor, é o que acontece nas Comunidades Quilombolas Família Ozório, Maria Theodora e Campos Correia, localizadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, no município de Corumbá, onde os núcleos familiares dessas comunidades se deslocam de acordo com o período de cheias do Rio Paraguai.

Os territórios quilombolas foram inseridos na política do governo federal a partir da gestão do, então, e atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010/2023-presente), que reconheceu as comunidades e formalizou uma série de medidas desde a promulgação da Constituição Brasileira em 1988. A partir de 2003 foram criados decretos, portarias, instruções normativas, programas e o Estatuto da Igualdade Racial, além do que foi classificado como Legislação Quilombola no Brasil. Em 2004 houve a inauguração do Programa Brasil Quilombola (PBQ) com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado, com principais eixos: 1- acesso à terra; 2- infraestrutura e qualidade de vida; 3- inclusão produtiva e desenvolvimento local; e 4- direitos e cidadania.

Apesar da existência e do amparo de leis e projetos, além de movimentos camponeses e indígenas, as comunidades quilombolas também resistem ao avanço das transnacionais e do agronegócio em seus territórios. De acordo com Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010), algumas comunidades sofrem maior ou menor pressão por parte do agronegócio no decorrer do processo de titulação dos seus territórios. Comunidades como a de Furnas não

representam muito interesse para o agronegócio por estar localizada em uma região de relevo acidentado, mas muitas não possuem essa “sorte”. Por exemplo, o mesmo não ocorreu na região da Grande Dourados, onde está localizada a Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira. Santos (2010) aponta que:

*Se as comunidades quilombolas estiverem localizadas em regiões não favoráveis ao agronegócio, suas reivindicações territoriais não são tidas como problemas. Já as comunidades negras rurais que se encontram em áreas onde os solos são mais férteis ocorrem grandes manifestações, do setor agropecuário em geral, contrárias à regularização das terras quilombolas. Dessa forma, pode-se entender por que a comunidade negra rural quilombola Dezidério Felipe de Oliveira é a mais vitimada por políticos e líderes ruralistas. (Santos, 2010 p. 28-29).*

O autor ainda verifica que a demora na regularização fundiária acaba fortalecendo as ações do agronegócio em territórios quilombolas. É de suma importância destacar a diferença entre comunidades quilombolas e territórios quilombolas, algo também feito nessa primeira parte do livro. O conceito de comunidades quilombolas pode ser compreendido como o processo de ocupação da terra e a busca por sua autonomia política e econômica. Nesse sentido, as comunidades quilombolas representam os quilombos contemporâneos.

Já no segundo capítulo, o autor apresenta a trajetória das comunidades quilombolas Família Ozório, Família Campos Correia e Família Maria Theodora, e o papel do Rio Paraguai na formação desse processo migratório. Nesse capítulo, serão apresentados a trajetória das comunidades quilombolas Família Ozório, Família Campos Correia e Família Maria Teodora, e o papel do Rio Paraguai na formação dessas comunidades, considerando seus ciclos de cheias e inundações no decorrer desse processo migratório. Nele, o autor apresenta os acontecimentos e eventos ocorridos em mais de três décadas em formato de trajetória, ou seja, iniciará mencionando o geral do município de Corumbá-MS e irá destrinchar conforme as comunidades foram se tornando mais notáveis e presentes, tendo como referência o Rio Paraguai e seus afluentes.

Para entender como é a vivência da comunidade Corumbá é importante saber como é o espaço que é inserida é um assunto de grande domínio do Aziz autor que é narrado no livro e que contém grande sabedoria para discernir a situação imposta perante a comunidade o rio Araguaia e a População que ali habita.

Para compreender sobre o território do Quilombo é preciso entender o espaço em que ele é inserido, pois assim os estudos e as implementações de leis serão necessariamente bem-sucedidos. O pesquisador Ab'saber coloca bem em ênfase essa estrutura do espaço do Pantanal. Então, o livro discorre sobre essa estrutura da história geológica, o surgimento da planície, etc., e esses temas são narrados para implementação do conceito das trajetórias do Quilombo. E, para compreender o que torna o lugar das comunidades quilombolas Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora tão diferenciadas das demais comunidades existentes no MS, João Batista Alves de Souza coloca como ponto de partida a compreensão da história geológica que se iniciou através de uma possível reativação tectônica que deu origem à maior planície alagável do planeta.

É importante pontuar o significado do Rio Paraguai na trajetória das comunidades. Além de ser uma via de transporte, era o meio de extração de matéria prima para comunidades. Ouvindo relatos e histórias de moradores, foram feitas pesquisas e ramificações hidrográficas catalogando regiões de uma grande parte do Centro-Oeste. Esse contato com o público fez com que os pesquisadores tivessem mais familiaridade com o tema pesquisado e, conseqüentemente, mais profundidade no assunto. A história da população pantaneira sempre foi contada com base no olhar da classe dominante, então, há muito a se contar sobre a história real, tanto do Pantanal, quanto do cotidiano pantaneiro, que permanecem isolados na vastidão da região.

Em relação aos contextos históricos e socioeconômicos, Ab'Sáber (1988) enfatiza a inexistência de uma rede urbana pantaneira. Isso dilucida o afastamento das comunidades quilombolas Família Ozório e Campos Correia, que ficam meses sem frequentar a cidade, conforme revela o testemunho da viúva de Miguel Ozório:

*Naquele tempo nós vivia tudo isolado, sabe? Nesse lugar perto do destacamento boliviano nós plantamos só feijão, e engordava os porco, tinha que ter banha, ele (Miguel Ozório) quase não ia na cidade (Corumbá). Aí não deu certo lá. Ele falou vamos sair daqui, de perto do destacamento boliviano; aí nós fomos lá para o Porto Índio, o véi ia abrir uma roça lá, esse era o segundo lugar, que nós moramos. Ele gostou de lá, eu mesmo não gostei, de jeito nenhum. Nós fomos lá, larguemos a chalana lá no porto, peguemos as crianças e fomos. Chegamos no Porto Índio o responsável de lá avisou pro Miguel, que ali, era difícil para acampar. O Fazendeiro chamava doutor Milton, aí por causa dessa questão, que tinha uma disputa da terra, nós também não podemos ficar lá. Isso tudo aconteceu em 1974, aí dali nós tivemos que voltar, já tinha seis filhos, pegamos o barco e voltamos.*

*E voltemos lá para o boliviano, era do outro lado da Guaíba, uma lagoa, seu Augusto era o nome dele, para fazer farinha. O homem disse se o senhor quiser fazer farinha tenho um mandiocal. Era tudo longe, longe de tudo, e nós precisava de comer né? Ficamos três meses ali, fizemos trinta bolsa de farinha, aí era na meia, 15 nossa e 15 do seu Augusto, o boliviano. Mas o Polvilho era só nosso. Aí parte dessa farinha o Miguel vendeu para os barqueiros, sabe os mascates? Isso ali foi a salvação nossa, porque nós não tinha dinheiro, não tinha nada. Mais tinha farinha, e o véi fez negócio. Feijão nós tinha, plantou feijão lá no bolivianos, banha nós tinha, banha de porco. Aí tinha que comprar sal, açúcar, o café também, sabão, leite tirava do milho daquele caldo da canjica, ou aquela água do arroz, que era aguada, meu filho Rubem, quase morreu, faltava leite. A canjica de milho tinha sustança, depois disso tudo voltemos para o mesmo lugar para a ilha de Chané. (OZÓRIO, 2019a).*

Nesse sentido, a geografia entra para aprimorar ainda mais o conceito científico em concomitância com a antropologia e a história. Com esses fatos históricos, vem ao conhecimento de todos como era a vida dos refugiados e como o governo estadual se comportava perante tal situação, o que leva a indagar sobre como as leis regem em prol dos que detém mais posses. O autor critica partes da era histórica e enfatiza as famílias pioneiras pela sua vitória sobre até mesmo as leis regentes.

No fim do segundo capítulo, o autor chama a atenção para a família Campos Correia, que também é central no conceito do Quilombo do Mato Grosso do Sul e que contém relatos de como era e com documentações que comprovam. E assim houve relatos da família que segundo o autor do livro por meio de observações científicas. No que se refere ao isolamento das comunidades pantaneiras em relação à inexistência de redes urbanas do Pantanal e a existência da profissão de mascate nesta região. Foi realizada também, entrevista com a matriarca da família Campos Coreia:

*Naquele tempo, quando nós viemo de Cuiabá, depois do casamento (não recorda o ano), meu pai era contra esse casamento. Nós moramos na fazenda do Dr. Gouveia, aí ele (Teodoro Correia) trabalhava de peão lá. Antes disso, também moramos na fazenda Santa Mônica, em Poconé – MT; lá que nasceu minha filha Mônica. Era tudo difícil, tudo longe, nós não ia na cidade; o fazendeiro trazia as coisas, mantimentos. Às vezes passava o mascate, mas demorava. Aí ele pescava também, sempre moramos perto dos rios, aí nós saía para pescar, mas era longe de tudo, nessa fazenda. Tudo isolado. (CAMPOS, 2018).*

Diante dos relatos das matriarcas das Famílias Ozório e Campos Correia, compreende-se um pouco mais sobre o cotidiano, as relações comerciais com os mascates e o passado dos ribeirinhos residentes da vastidão dos pantanais. As populações pantaneiras, além de viverem

isoladas dos núcleos urbanos, também foram e (são) menosprezadas na historiografia do Pantanal. Se por um lado o cotidiano das famílias foi marcado pelo isolamento na imensidão pantaneira, por outro, surge um encadeamento natural que ligava essas comunidades ao restante do mundo: o Rio Paraguai. Ele era responsável pela mobilidade das famílias, circulação de mercadorias, sustento proporcionado por meio da pesca, além do alcance de terras além da fronteira.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresenta as formas de produção das comunidades quilombolas de Corumbá, por meio do mapeamento e da análise dos três territórios quilombolas localizados no Pantanal, na sub-região do Paraguai. As pesquisas realizadas com as Famílias Ozório, Campos Correia e Maria Theodora duraram mais de dois anos e foi possível graças ao trabalho conjunto com as lideranças e moradores dessas comunidades e a equipe do INCRA. Trata-se de uma proposta que teve o intuito de apresentar o lado cartográfico do município em conjunto com as duas famílias relatadas no texto. A ideia central está pautada em apresentar um material cartográfico que possa apontar a realidade do território, não apenas a localização delas.

Entende-se que o autor quis destacar neste último capítulo, três eventos que corroboram a existência das comunidades quilombolas, no município de Corumbá. O primeiro evento tem relação com o núcleo familiar de cada comunidade, pois as comunidades têm os nomes e sobrenomes dos fundadores. O segundo evento está diretamente relacionado ao ato de criação das Associações Quilombolas. Entretanto, a criação de uma associação é o primeiro passo importante para conseguir a certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo. O terceiro evento diz respeito ao surgimento da identidade visual de cada uma das comunidades através da criação do brasão, símbolos ou *banners* que representam a comunidade em desfiles, comemorações, entre outras atividades culturais no município.

A família Maria Theodora foi fundada por Maria Theodora, nascida no estado de Mato Grosso e casada com Mariano Gonçalves de Paula. A trajetória percorrida por ambos entre a cidade de origem e Corumbá, foi realizada em um período menor em relação às outras duas comunidades, ou seja, o casal não residiu em fazendas pantaneiras. Já a comunidade Quilombola Ribeirinha Família Ozório foi fundada por Miguel Ozório, neto de escravizados, natural de Alfenas, interior de Minas Gerais, que, durante a adolescência mudou-se para Londrina, onde iniciou na atividade de pesca e no conserto de embarcações. No final da



década de , mudou-se novamente para a cidade de Coxim, interior do Mato Grosso. A comunidade Ribeirinha Campos Correia começou com oito integrantes na década de 70, se aproximando de 80 pessoas na época da averiguação. Nem todos continuaram vivendo nas moradias do território tradicionalmente ocupada no antigo Buracão.

A diversidade de conhecimentos torna o resultado único. Isso tudo se encaixa em uma cartografia social. A estrutura física do local condiz com a expressão de uma forma de pensar e é empregado por ambas as famílias. Mas é lembrado também a precariedade presente em estruturas das comunidades além dos impactos climáticos. É um pedido de investimentos estruturais para que a história cultural desempenhe seu papel de divulgar a história dos escravizados do Brasil, com ênfase no município de Corumbá, objeto de pesquisa do livro e consequentemente, dessa resenha.

O território das comunidades é inserido como uma linha de força delimitada, e como a força do grupo representante sobressai sobre as situações adversas, a sociedade conquista o poder e as comunidades ali inseridas refletem esse conhecimento na resistência e nas reivindicações de direitos. Em outros campos de análise, são vistos órgãos públicos que buscam notoriedade dessas comunidades com visitas e direcionamentos às tomadas de providências. Logo, o autor enfatiza a observação dos elementos abordados no texto em relação a produção das comunidades Quilombolas de Corumbá-MS, essas relações das famílias em comunidades, tratando do assunto pertinente que são as lutas diárias para se encaixar no meio social, e relatando especificamente a era histórica de cada família.

Finalmente, é importante salientar a importância e o quanto a pesquisa e o livro acrescentaram na caminhada docente. Destrinchar sobre as diferentes formações, características e dilemas quilombolas findam com a ideia de que os quilombolas são um povo, algo que pode ser colocado numa bolha. A identificação e mapeamento das comunidades quilombolas da sub-região Paraguai, no Pantanal sul-mato-grossense mostrou isso de maneira explícita e certa. A divisão de diversos povos em locais próximos frisa ainda mais sobre a pluralidade presente e a forma harmônica com que a convivência pode ser conduzida.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 50 especial, t. 2, p. 9-46, 1988.

---

SOUZA, João Batista Alves. **As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense**. Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/as-trajetorias-e-resistencias-das-comunidades-quilombolas-do-pantanal-sul-mato-grossense/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

---

**Artigo recebido em: 27 de junho de 2023.**

**Artigo aceito em: 05 de setembro de 2023.**

**Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.**